

SBH
Pl 78 ex 14
52/07/13
diário de notícias
p.1

IDEIAS GERAIS

Diário de Notícias - 13-7-952

Diário de

SUPLEMENTO LITERÁRIO

INTRODUÇÃO AO DEBATE SOBRE A ILHA-BRASIL

Jaime Cortesão

(Especial para o "Diário de Notícias")

SÉRGIO Buarque de Holanda, em três longos artigos, levanta engenhosos embargos ao «mito da Ilha-Brasil» que, a nosso ver, explica, em grande parte, o processo da formação territorial do Estado brasileiro. O crítico eminente fá-lo nos termos da mais perfeita correção. Rende, por mais do que uma vez, homenagem ao esforço, honestidade e competência do seu antagonista, embora ponha em dúvida a legitimidade de «uma interpretação, em certos aspectos revolucionária, da história do Brasil».

Esta gentileza cavalheiresca no ferçar das armas me forçaria, se outras razões não bastassem, a responder-lhe, quando mais não fôsse como agradecimento às bondades de que me cumula. Mas a estes prevalecem dois motivos: o convencimento de que estou na razão e de que um debate, em condições semelhantes, isto é, sem a acerbação habitual das vaidades feridas, pode interessar e ser útil àquela espécie de leitores, mais sérios de compreender os problemas filosóficos e até políticos da história, do que excitar o paladar com os condimentos ácidos da verrina.

Antes de entrar no âmago do problema, seja-me lícito desfazer o que suponho equívoco do meu interlocutor. Diz ele que o conheci expressamente ao debate. Retifiquemos. Depois de um articulado esquemático da nossa tese, terminávamos: «este rápido enunciado é a base parcial dum livro que estamos redigindo. Porventura, até que saia a lume, seja prematuro discuti-la. Mas que a discutam desde já estudiosos de grande autoridade, como Sérgio Buarque de Holanda, havemos por elevada honra. E não nos furtaremos ao debate».

Não era propriamente um convite, mas um propósito declarado de aceitação, caso o meu interlocutor persistisse na crítica, embora conhecendo antecipadamente os inconvenientes dum debate, em que me visse forçado a afirmar magistralmente, malgré moi, fatos a que não podesse prestar a ampla prova documental, incompatível com a imprensa diária.

Falamos na possibilidade de fazer compreender os problemas filosóficos, mas seria mais certo dizer, as posições filosóficas, em que assentam as duas interpretações da história do Brasil,

— a minha e a que me opõe Sérgio Buarque de Holanda. Enquanto o meu interlocutor opta, para explicar a história, mais que tudo, pelas fatalidades do determinismo económico, «as puras contingências económicas», no seu dizer, nós outros, dando uma grande parte à causalidade económica, fundimos intimamente os fenómenos de produção e de organização do Estado com as condições geográficas e atribuímos à livre iniciativa do homem e à inserção do espírito e da vontade na história, um poder que Buarque de Holanda lhes recusa.

Esse o fundo do problema. «Apesar de tudo, declara Buarque de Holanda, referindo-se à nossa tese, — receio bastante que não passe duma hipótese engenhosa, nascida dessa nossa constante tentação de querer sugar os acontecimentos a uma coerência racional, mais ou menos rigorosa... uma ordem retrospectiva e apologética, espécie de *logotatio post eventum*...» Nós, ao invés, receamos que Sérgio Buarque minimise e degrade, em geral, o homem e a sua capacidade perceptiva e criadora das linhas mestras dum política fundada sobre a geografia, e, em particular, do adventício português no Brasil, por menosprezar as enormes virtualidades da sua vivência histórica.

Poderíamos, é certo, correr o perigo neste caso, de cair numa sobrestimação, que algum leitor tachasse de nacionalista. E o nosso interlocutor, se expressamente a não acusa, mais que uma vez permite aflorar semelhante suspeita ao espírito do leitor. Parece-nos injusta a imputação a quem afirma a cada passo a importância enorme que o índio teve na formação territorial do Brasil. Ao índio, e em especial, ao tupi, chamamos «bússola e mapa vivo» das bandeiras, e ao Estado brasileiro uma criação do hibridismo étnico e cultural luso-tupi.

Quando, pois, Buarque de Holanda escreve que «a conquista do sertão, onde não dependeu da presença dos grandes rios navegáveis, essa só se tornou efetiva, graças ao concurso do mameluco e ao do índio», estamos plenamente de acôrdo. Mas, embora reconhecendo que sem a

cultura e a colaboração do ameríndio se não poderia explicar a expansão territorial, por vezes fulminante, do Estado brasileiro, não podemos esquecer que o português deu — o que é essencial — consciência, direção, sentido político ao ímpeto e à cultura expansionista dos aborígenes. Desconhecer ou negar a importância primordial que assumiram na história das bandeiras ou mais genericamente da formação territorial do Brasil, um António Raposo Tavares, um Pedro Teixeira, um Cristóvão de Abreu, para citar apenas alguns dentre os maiores, afigura-se nos erros e depreciação incompatível com a serena equidade da história. E, não obstante, um espírito superior e tão compreensivo, como o do nosso antagonista, não hesita em cair nessa carência de juízo. Sob o pretexto de que Georg Friederici, por não ser nem português, nem brasileiro, pode julgar tais assuntos sem paixão e preconceito nacionalista, Sérgio Buarque de Holanda subscreve o juízo elementar e sumário daquele autor de que «no Brasil, a América foi conquistada para os europeus pelos americanos»; e a de que «os bandeirantes, cujo íntimo, cujo sangue, espírito, instinto, vinham essencialmente das veias e da hereditariedade dos índios da terra, são os verdadeiros penetradores e conquistadores do interior do Brasil».

Ainda quando não existissem razões históricas, a simples etnologia mandava que os bandeirantes, produto híbrido, na sua maioria da fusão de duas raças, uma das quais a portuguesa, participassem em alto grau, mais do que do sangue ou do instinto, do espírito construtivo e muito mais evoluído dos colonos.

Mais justa e próxima das obscuras realidades, que, neste caso, o historiador e sociólogo buscam dilucidar, se nos afigura a nossa interpretação, mais do que uma vez expressa, de que o português e o tupi eram duas raças que acertavam o passo, isto é, possuidoras de características culturais de mobilidade, de cuja fusão resultou um produto tão sadio e harmónico como os bandeirantes paulistas,

em que as virtualidades étnicas e culturais duma das raças se multiplicaram pelas da outra. Ao subscrever as frases, eivadas de absurdez, de Friederici, não estará, por isso mesmo, Buarque de Holanda caindo no contrasenso daquilo a que poderíamos chamar o nacionalismo tupi? Num conceito meramente literário e anti-científico? E não explicará, no fundo, esse nacionalismo indianista, à rebours, que exclui essencialmente o português do bandeirismo, a sua recusa ao nosso conceito do mito da Ilha-Brasil?

E para terminar, por hoje, acrescentemos apenas que se os argumentos de autoridade valem, nós poderíamos opor ao de Friederici, muitos outros, ainda menos suspeitos, neste caso, de nacionalismo português. Seja, por exemplo, o de Júlio Mesquita Filho, — e abstenho-nos de qualificativos que as nossas mútuas relações de estima não permitem. Trata-se no caso dum sociólogo paulista das bandeiras; e eis o que afirma nos seus *Ensaio Sul-Americanos*:

«É na semelhança de métodos e processo de penetração, que conservam as explorações levadas a cabo pelos portugueses na África e na Ásia, com a obra realizada pelos que determinaram o recuo do meridiano de Tordesilhas, que se poderá encontrar a causa do sucesso obtido pelos construtores do Brasil geográfico».

E mais categoricamente:

«O bandeirismo, na sua essência, é um fenómeno eminentemente, visceralmente português».

O nacionalismo luso, onde ele se esconda, está vingado.

Artigo referente a polémica com Euryalo Cannabava.